

ACT

ACE

3

8

7

6

/

8

3

CNF

|

/

|

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
Agência Curitiba

Encaminhamento 0020/15 /ACT/ 83



Data: 22 DE MARÇO DE 1983.
Assunto: ÍNTEGRA DOS DISCURSOS DE POSSE DOS GOVERNADORES DO
PARANÁ E SANTA CATARINA.
Origem:
Referência: TELEX Nº 019/15/AC/83 DE 21 MAR
Difusão: AC/SNI.
Anexos: DISCURSOS DE JOSÉ RICHA E ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Em atendimento ao Telex da referência, encaminho a essa AC, a íntegra dos discursos de posse dos Governadores eleitos em 15 NOV 82, JOSÉ RICHA no PARANÁ e ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO em SANTA CATARINA.

* * *

CONFIDENCIAL

O original deste documento (com 03 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

O Estado que terá a honra de governar foi forjado no trabalho e na esperança. Ao longo de nossa história, os homens e mulheres que aqui vieram semear o futuro de suas vidas teceram com fios de todas as cores a paisagem múltipla da unidade na diversidade. Essa é a nossa maior riqueza. Apesar de sermos tantos na origem dos nossos caminhos, somos um só na trilha do nosso futuro. Somos um só Paraná, síntese de muitos brasis e terra de todas as terras. Somos um só Paraná, no empenho generoso de nosso esforço e de nossa vontade. Somos um só Paraná, na certeza de que estamos juntos e juntos haveremos de continuar, em busca de melhores dias para todos. Daqui, desta terra, colhemos os frutos; aqui, nesta terra, firmamos as nossas raízes. Mineiros, italianos, poloneses, nordestinos, árabes, paulistas, japoneses, alemães, catarinenses, israelitas, gaúchos, Paranaenses. Somos um só Paraná.

Minhas senhoras e meus senhores:
Assumo hoje o Governo do Paraná estimulado pela confiança de meus concidadãos e plenamente consciente da grandeza do desafio que se propõe àqueles que passam a deter as responsabilidades pela condução dos destinos deste Estado.

Vivemos um momento particularmente difícil de nossa história, no qual os sentimentos de todos se mesclam entre a esperança no futuro e a desesperança diante da realidade com que nos defrontamos no dia a dia.

Sei avaliar muito bem os motivos da desesperança, porque os vejo estampados na face dos pais de família, afritos diante do problema do desemprego, real ou iminente.

Tenho clara em meu espírito a sensação de insegurança que toma conta de tantos lares, aturdidos diante da inflação, temerosos diante da impossibilidade de manter sequer um padrão digno de vida diante das dificuldades cotidianas. Sinto em muitos olhares a angústia pela descrença que possamos efetivamente superar os problemas que nos afligem.

De toda a gente, recolho o sentimento de que os horizontes se estreitam, de que já não é permitido o sonho de dias melhores e que já não subsiste aquela fé tão própria de nosso povo, a de que o futuro guarda expectativas alvissureiras.

Estamos realmente vivendo os dias de uma crise sem precedentes na história de nosso País. Nunca em um hoje pareceram tão sombrias as perspectivas dos dias que virão.

Ao drama de uma dívida externa que se afigura impossível amortizar, de uma dívida interna que alcançou tal volume que parece não restar outra alternativa ao Governo do que renová-la, somam-se as inquietações dos empresários com as altas taxas de juros e com a retração da demanda.

Esse é o quadro que todos nós conhecemos e vivenciamos. Ele é agravado pela falta de confiança no modelo que, persistentemente, uma equipe econômica já desacreditada insiste em manter, apesar dos clamores que ressoam de todos os quadrantes do País.

A ilusão do milagre, que pretendia ver o Brasil como uma ilha de prosperidade no mar revolto da crise internacional, desfez-se como um castelo de cartas.

O mesmo modelo econômico perverso desfez igualmente a crença, muitas vezes justa, de que o Paraná poderia, por suas virtualidades, manter-se ileso diante do quadro de dificuldades do País. Não era verdade. E nós o sabemos.

De fato, até há poucos anos, o Paraná se destacava por contar com uma estrutura agrária baseada na pequena e média propriedades, com uma população urbana bem distribuída em todo o seu território; com um leque de cidades médias bem estruturadas, que fornecia o apoio necessário a uma economia agrícola diversificada; e com uma tendência a reter renda regionalmente, pela crescente industrialização das matérias-primas de origem rural.

Nos últimos anos, estas condições favoráveis foram sendo deterioradas, observando-se uma nova conformação que acentua a concentração econômica e o esvaziamento do campo, com o êxodo rural crescendo e promovendo o inchamento das cidades mais povoadas, especialmente a Região Metropolitana da Capital.

Essa indesejável adesão do Paraná aos padrões predominantes em outras regiões do País, em que ocorre a macrocefalia das Capitais de origem, pode ser debitada à falta de uma lúcida diretriz política que promovesse um planejamento regional eficaz.

Parece irreversível a tendência à urbanização do Estado, seguindo o fenômeno estatisticamente observável no País e em outras partes do mundo onde ocorreu a modernização da economia agrícola, com as seqüelas inevitáveis de liberação da mão-de-obra ocupada no campo.

Mas o processo, conquanto inevitável, deve ser claramente compreendido e orientado. Não decorreu ele da abertura de novas oportunidades de trabalho junto às cidades, por força de um processo de industrialização que permitisse a absorção em níveis produtivos desses contingentes populacionais.

Pelo contrário, assistimos desolados à diminuição - ou quase estagnação - da oferta de empregos nas cidades, acompanhada pela expulsão desordenada de grandes massas populacionais que tinham sua atividade centrada na exploração agro-pastoril. A eliminação das condições de viabilidade econômica da agricultura pluralista e diversificada que mantínhamos, por força

da concentração da propriedade induzida pelo modelo exportador, fez com que nosso Estado não apenas deixasse de abrigar os fluxos migratórios provenientes de outras regiões, como passasse a engrossar a corrente daqueles que, à falta de opção, têm de buscar outras terras.

Em dez anos, pelo menos um milhão e duzentos mil paranaenses saíram de seu Estado natal, indo para outros Estados ou até nações vizinhas, em busca de melhor sorte.

Esse número representa quase 20% da população ainda radicada no Paraná e revela um fenômeno grave. Aquele que foi o Eldorado, o Estado de todas as gentes, que recebeu - como um cadinho que fizesse a síntese do Brasil - a contribuição do trabalho de gaúchos e nordestinos, de mineiros e paulistas, de migrantes que levaram o chapeu de couro a encontrar-se com as botas e o chimarrão, fosse o Estado que, na última década, mais perdeu população.

E não se alegue, como explicação fácil, que aqueles que já tinham migrado, voltaram a migrar, sempre em busca de terras novas e férteis, segundo o modelo de expansão da fronteira agrícola que caracterizou o Paraná das décadas de 1950 e 1960.

Estas estatísticas mostram claramente que a emigração ocorrida deveu-se a fatores fundamentalmente econômicos, de tal sorte que 60% dos que saíram do Paraná dirigiram-se, não as novas fronteiras agrícolas de Mato Grosso e de Rondônia, mas para São Paulo, como o centro mais industrializado e desenvolvido do País.

As origens dessa emigração maciça estão vinculadas à transformação das atividades no campo, impulsionadas pelo incentivo às culturas de exportação. O que se observou foi a substituição da mão-de-obra no campo por inovação tecnológica, a absorção das pequenas unidades familiares de produção pelos grandes empreendimentos rurais, a utilização do trabalho assalariado nas lavouras reduzindo substancialmente o número de pequenos proprietários, parceiros e meeiros.

Vê-se que a economia paranaense vinha se expandindo de forma ajustada às características do modelo brasileiro de desenvolvimento, repentinamente as mesmas distorções e, como economia periférica, sofrendo os fenômenos clássicos de deterioração dos termos de intercâmbio, empobrecendo-se cada vez mais em favor da concentração do pólo industrial localizado no Sudeste.

Esse processo, do qual o Paraná beneficiou-se lateralmente, ao ver impulsionar-se na última década um certo crescimento industrial, inseriu-se igualmente na crise global.

Nesse quadro, a partir de 1980, acentuam-se os problemas decorrentes da conjuntura recessiva, com a redução dos investimentos no setor industrial, crises financeiras atingindo largos segmentos da pequena e média empresas.

Tudo isso ocorre em nosso Estado com o agravante de que estamos perdendo cada vez mais o controle das decisões que nos afetam diretamente no campo econômico. A estrutura tributária inadequada, inícuo aos Estados e Municípios a possibilidade de gerir as questões que lhes afetam estruturalmente e impedem o exercício da autonomia que lhes é própria.

Ficamos submetidos, desta forma, às imposições federais, diretamente expressadas por diretrizes econômicas ajustadas à visão tecnocrática de Brasília, que impõe o que julga serem as prioridades do país.

Essa concentração de poderes a nível Federal conseguiu destruir a característica essencialmente pluralista que marcava nossa vocação agrícola.

Mas o fantasma da grande escala multinacional, que o modelo exportador exige, desestimulou a produção de alimentos para consumo interno e favoreceu o surgimento de novas monoculturas, expulsando o pequeno agricultor para fora do campo ou do Estado.

Se assim foi em relação à agricultura, privilegiando estruturas produtivas externas ao Estado ou ao país, o mesmo ocorreu no que toca ao aproveitamento de nosso potencial energético.

Como se não fôssemos o celeiro, mas o quintal do país, a anterior administração, estudou permitiu que se promovesse a utilização de nosso potencial energético, para futura utilização pelo Parque Industrial situado fora de nossas fronteiras, sem nenhuma contrapartida real pelos prejuízos decorrentes dos aproveitamentos hidrelétricos.

Consentiu, por omissão, que se inutilizasse para sempre uma vastíssima área de terras sabidamente férteis, das melhores dentre as melhores do mundo para a agricultura, sem que houvesse um adequado ressarcimento para o Estado por essas perdas.

Além dos problemas sociais decorrentes da expulsão de imensas contingentes populacionais dessas áreas inundadas, viu-se o Paraná privado do espetáculo majestoso, originalmente terminado, das nossas Sete Quedas, verdadeira dívida da natureza.

É flagrantemente injusto que, dessa apropriação de nossos recursos naturais, não resulte nenhum benefício direto ou indireto para nosso povo.

São esses exemplos presentes dos malefícios embutidos em uma postura autoritária de Governo, que não convoca os interesses da população nem se compraz em ouvir as aspirações populares.

Estamos iniciando um período em que se inaugura uma nova

forma, um novo conceito de administração.

É isso que representa uma renovação de esperanças. Coerentes com nossa pregação, desejamos instaurar no Estado um Governo que atenda aos postulados básicos de democratização do Poder, de participação comunitária e de melhoria das condições de vida dos paranaenses.

Esses conceitos não são meramente teóricos, mas deverão traduzir-se, imediatamente, em ações concretas.

Em primeiro lugar, pela imposição de uma postura de austeridade em todos os níveis da administração, não apenas no sentido de evitar-se o supérfluo, o excessivo ou o desnecessário, mas orientando a aplicação dos recursos disponíveis onde sejam mais eficazes em benefício da maioria.

Essa postura de austeridade, de que exigiremos estrito cumprimento, será acompanhada pelo estabelecimento de uma estreita solidariedade entre os vários órgãos do Governo. A coesão interna da equipe administrativa, a cooperação e o fortalecimento recíproco dos vários segmentos da área governamental, serão fundamentais para o êxito de nosso trabalho.

Na área financeira, a reunião dos Bancos sob coordenação centralizada, permitirá que se alcance não apenas seu efetivo fortalecimento, como sua intensa utilização como instrumentos essenciais do processo de desenvolvimento.

Essa solidariedade e integração marcarão igualmente as relações do Governo com a comunidade, a começar pela representação legislativa, que será valorizada e reconhecido seu papel de intérprete e intermediador da vontade popular.

Entendo que as relações entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, ademais do mandamento constitucional de harmônica integração entre os Poderes, deverão ocorrer de forma fecunda em benefício da população, preservando-se íntegras suas instâncias e funções, respeitando-se a representação das minorias legitimamente eleitas pelo voto popular.

Será buscada uma intensa participação comunitária, através de todas as organizações que associam e congregam as pessoas, induzindo-se ainda à multiplicação de todas as formas de associativismo e de cooperativismo, que possam constituir canais diretos de comunicação entre o povo e seu Governo.

Nesse sentido, e dentro de um solene compromisso com a verdade, será objetivo básico da administração a de perseguir objetivos realizáveis, concentrando esforços e recursos no sentido, sempre, de privilegiar os interesses das maiorias.

Uma questão central, a que se convocará a participação comunitária como elemento dinamizador, é a da expansão do emprego. Diante do quadro recessivo atual, a obtenção de novas oportunidades de trabalhos é fundamental para que se possa alcançar, efetivamente, uma melhoria das condições de vida da população.

Para tanto, é preciso que o Estado admita chancelar a chamada economia informal, ou seja, não apenas permitir, como estimular, as iniciativas que as pessoas adotam no sentido de buscar uma ocupação produtiva. É necessário que se dê abertura à criatividade popular, à imensa riqueza de iniciativas que se engendram no tecido social, descentralizando o acesso das pessoas a novas formas de trabalho, sem que lhes seja exigida a formalização do cumprimento de leis e da paraternalia de papéis, outorgas e concessões que o Poder Público normalmente impõe.

É propósito firme do Governo privilegiar a pequena atividade, o pequeno negócio, amparando e promovendo, no meio urbano ou rural, o artesanato, a indústria caseira, os serviços em pequenas oficinas de reparo, ou manutenção.

Na agricultura, todo o apoio será oferecido às pequenas e médias unidades produtivas, que cumprem um importantíssimo papel na oferta de alimentos básicos, mediante o oferecimento de assistência técnica e financeira e da criação de novos canais de comercialização dos produtos.

Iremos explorar todas as possibilidades de expandir e reter regionalmente a tenda gerada, mediante o progressivo beneficiamento local das matérias primas, atendendo a nossa vocação agro-industrial e propiciando a criação de novas fontes em emprego junto ao campo.

Através da multiplicação de cooperativas de produção, devidamente amparadas e assistidas pelo Governo, será possível alcançar-se novos níveis de prosperidade em todos os setores.

Reconheço as limitações do Estado em matéria de recursos e de competência específica para orientar políticas no campo econômico. Mas estou certo de que as iniciativas que forem adotadas, em benefício das maiorias hoje desassistidas, deverão contar com o respaldo e o apoio das outras esferas de Governo.

Confio em meu povo e na sua capacidade de vencer os desafios da hora presente.

E tenho firme convicção de que os paranaenses, unidos e identificados, firmando as suas raízes nesse solo tão generoso e fecundo, poderão oferecer ao país uma demonstração inequívoca do que pode a fé de um povo consciente de seus direitos.

O Paraná inicia hoje uma nova caminhada em direção ao futuro. A todos os paranaenses de coração ou de nascimento, que constroem anonimamente com seu trabalho a grandeza desse Estado, proclamo que dedicarei todos os meus esforços, dia após dia, com entusiasmo e convicção, para honrar a sua confiança e fazer-me digno de merecer o seu apoio.

Que Deus abençoe a todos nós.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

"Neste instante, quando recebo das mãos do meu amigo governador Henrique Cordova, o governo do Estado de Santa Catarina, chego ao seu pleno coroamento uma longa caminhada, menos longa pelo tempo que durou do que pela intensidade com que foi vivida, e na qual, depois de valiosa experiência administrativa em diferentes níveis, destacadamente na Prefeitura Municipal de Florianópolis e na Secretaria dos Transportes e Obras do Estado, servindo, com grande honra, aos governos dos eminentes catarinenses Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen, e tendo buscado e obtido o sufrágio popular, através de expressiva votação para a Câmara Federal, recebi do meu partido a indicação como candidato ao governo do Estado e, finalmente, pelo soberano e livre pronunciamento das urnas, o mandato que agora se inicia.

Esta larga vivência dos problemas catarinenses e da complexidade e, às vezes, até da angústia das suas soluções, acrescida do permanente contacto que sempre mantive com a nossa gente, recolhendo, aqui e ali, todos os dias, a manifestação de suas necessidades e aspirações, permitiu-me formar o conjunto de idéias que submeti, exitosamente, ao julgamento popular, no pleito de novembro do ano passado.

Durante a campanha eleitoral, juntamente com o meu valioso companheiro vice-governador Victor Fontana, levei a ampla discussão pública propostas de trabalho que, largamente debatidas, acrescidas e valorizadas por sugestões de entidades de classe, lideranças e associações comunitárias, professores, estudantes, empresários, profissionais liberais, donas-de-casa, trabalhadores da cidade e do campo e milhares de pessoas que nos honraram com sua ajuda, resultaram na formulação da Carta dos Catarinenses, documento básico da administração que ora se inaugura.

Ali estão contidas as linhas mestras do programa que nos propomos executar e detalhadas, quanto possível, as ações de governo que serão empreendidas, com os naturais ajustes e reajustes impostos pelas circunstâncias e pelas necessidades emergentes.

A prioridade aos pequenos traduz uma filosofia de trabalho que julgamos a mais acertada em face da nossa realidade social, sem exclusão, porém, do atendimento harmonioso e eficaz a todas as áreas em que se deve fazer sentir a presença do governo.

Tenho plena consciência dos problemas que nos esperam.

Vivemos, neste país, um momento histórico, o qual, se por um lado se caracteriza pelo crescente aprimoramento do exercício democrático, o que constitui fato auspicioso e animador, por outro lado, entretanto, registra dificuldades econômicas, que perturbam o processo de desenvolvimento, atropelam a execução dos planos de governo e, sobretudo, angustiam o povo, agravando especialmente a luta das camadas mais pobres da população.

Santa Catarina, conquanto seja um dos Estados tradicionalmente mais equilibrados na Federação, tanto do ponto de vista econômico como do político e social, e inobstante a eficiência e dinamismo com que tem sido administrada, não escapa, obviamente, ao alcance e aos efeitos da difícil conjuntura nacional.

Tais circunstâncias, ao mesmo tempo em que agravam nossos encargos e responsabilidades, tornam mais agudo e porventura mais fascinante o desafio que nos colocam, e que sabemos vencer com imaginação, trabalho, pa-

ciência, compreensão e coragem, sem a ilusão dos entusiasmos fáceis nem as perigosas insinuações da desesperança, firmes e alentados pela serena e firme convicção de que, juntos, e com a ajuda de todo o povo catarinense, haveremos de realizar uma administração moderna, dinâmica, eficiente, inovadora e renovadora, sob a permanente inspiração do melhor propósito de servir aos legítimos interesses de Santa Catarina.

Além de tudo e sobretudo, o homem catarinense, quer o homem da cidade, servo e senhor neste mundo estranho e fascinante que é o da civilização urbana, quer o homem do campo, que lava com insaciado amor a terra dádoviva, o homem catarinense, cuja alma marcadamente brasileira guarda a presença de diferentes raças e nacionalidades que explicam, sob múltiplos aspectos, tanto do que somos e como somos, o homem catarinense, generoso, ativo, disciplinado, hospitaleiro e empreendedor, constitui o mais valioso patrimônio desta terra e a melhor garantia de que, aqui, pode-se cumprir sem receios o futuro do Brasil Catarinense.

Sei o quanto devo e a quantos devo as emoções desta hora.

Agradeço a quantos acreditaram na minha mensagem e nos meus propósitos, destacadamente aos meus correligionários do Partido Democrático Social, desde os mais modestos aos que detêm, nos seus diferentes níveis, a direção e a representação partidárias, ao eminente governador Henrique Cordova, bravo e leal companheiro de quem desejo destacar a exemplar conduta em horas decisivas para o nosso partido e para o Estado, ao vice-governador Victor Fontana, cuja experiente e valiosa colaboração será decisiva para o êxito de nosso governo, aos senadores Lenor Vargas Ferreira e Jorge Konder Bornhausen, pela inestimável ajuda de que lhes somos e seremos devedores, aos senhores deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores que comandarão o sistema de sustentação política ao meu governo, pelo seu apoio e solidariedade, que encontrarão em mim plena correspondência, para que possamos juntos cumprir os compromissos por todos nós assumidos, em nome de nosso partido, com a gente catarinense.

Aos poderes legislativos e judiciários, às autoridades civis, militares e religiosas com atuação em Santa Catarina desejo expressar a certeza de nossa harmoniosa convivência e mútua colaboração.

Ao eminente presidente João Figueiredo, de cuja firmeza e serenidade na condução do projeto político de seu governo é um dos frutos a festa democrática que hoje se realiza em todo o país, quero deixar aqui minha palavra de admiração, de solidariedade e, sobretudo, de confiança em seu apoio para o pleno êxito da obra que pretendemos realizar em nosso Estado.

Permitindo-me uma referência de ordem pessoal e afetiva, desejo registrar aqui o quanto devo do que sou e do que conquistei a meus pais e a minha esposa. Com eles, e com todos a quem sou ligado pelo vínculo amorável da família, desejo dividir tudo o que representa este alto momento de minha vida.

Finalmente, a todos os catarinenses, sem distinções de qualquer natureza, quero dizer, nesta hora inaugural do meu mandato, que assumo o governo do Estado liberto de mágoas ou preconceitos, imbuído do firme, honesto e sincero propósito de servir a esta nossa terra ativa e generosa, no limite extremo de minhas forças.

Deus é testemunha de que coloco, neste querer, todo o empenho do meu propósito, do meu espírito e do meu coração.

Assim ele me possa ajudar, dia a dia, hora a hora, instante a instante, para que possa ser fiel a mim mesmo e digno da nobre gente catarinense."

F

I

M